

- LIV -**AVALIAÇÃO EXTERNA DA EDUCAÇÃO BÁSICA E *ACCOUNTABILITY*
NAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO PARAIBANAS**

Andréia F. da Silva
UFCG/Brasil
silvaandrea@uol.com.br

Ângela Cristiana A. Albino
CCA/UFPB/Brasil
angela.educ@gmail.com

Luciana Leandro da Silva
UFCG/Brasil
luleandro@gmail.com

Introdução

As iniciativas de avaliação externa da educação básica vêm ocupando centralidade nas políticas de (re)configuração do Estado, desde os anos 1990. Visando analisar tais políticas, o texto apresenta resultados de pesquisa que vem investigando as iniciativas e os usos dos resultados das avaliações externas aplicadas pelo Governo Federal na educação municipal paraibana, bem como a instituição de mecanismos de *accountability* nessas redes de ensino. Tem por objetivo geral discutir os desdobramentos de tais políticas na gestão das redes de ensino e das escolas, nas práticas pedagógicas, no currículo e na organização do trabalho escolar. A investigação está sendo desenvolvida, por meio de revisão da bibliografia sobre a temática em exame e de pesquisa de campo que contempla a aplicação de questionários *on-line* às redes municipais de ensino do estado da Paraíba, primeira etapa da pesquisa, e a realização de entrevistas semiestruturadas, observação e a análise de documentos das redes selecionadas, segunda etapa.

O artigo discute, inicialmente, a emergência e o fortalecimento das políticas de avaliação externa e de *accountability* na educação básica brasileira e, em seguida, analisa as principais mudanças ocorridas nas secretarias de educação investigadas após a criação do Ideb, estratégias adotadas para a elevação do Ideb e a criação de iniciativa(s) próprias de avaliação e de mecanismo(s) de *accountability*.

Desenvolvimento

Desde os anos finais do século XX, as reformas do Estado vêm reconfigurando suas atribuições e atuação no campo econômico e no campo social. Pautada na ideologia neoliberal, tais reformas

defendem uma atuação estatal mínima no setor econômico e nas políticas sociais, propondo a implantação de um Estado avaliador e regulador. No Brasil, no contexto educacional, as iniciativas de avaliação externa passaram a ser utilizadas como mecanismo privilegiado para a aferição e a promoção da qualidade da educação (SOUSA, 2013). Tais iniciativas vêm obtendo destaque com a institucionalização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e seu aprimoramento e a criação do IDEB.

No que se refere aos resultados das iniciativas de avaliação externa no país, Bonamino e Sousa (2012) distinguem o seu uso em três gerações. Na terceira geração são implantados, a partir dos resultados das avaliações, mecanismos de premiação e punição aos profissionais da educação e às escolas. Essa geração é considerada de alto risco, porque traz consequências fortes para os professores e gestores ao responsabilizá-los pelos resultados (BONAMINO; SOUSA, 2012).

A seguir, são apresentados dados obtidos na pesquisa por meio do questionário *on-line*¹. As informações apresentadas referem-se às seguintes dimensões: 1. participação da rede municipal de ensino em iniciativa(s) de avaliação estadual; 2. principais mudanças ocorridas nas secretarias de educação após a criação do Ideb e estratégias adotadas para a elevação do Ideb; e 3. criação de iniciativa(s) municipal(is) de avaliação e a instituição de mecanismo(s) de *accountability*.

No que se refere à primeira dimensão, destaca-se a adesão dos municípios ao SOMA - Programa Pacto pela Aprendizagem na Paraíba, iniciativa da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE/PB). O programa visa promover ações estratégicas para a melhoria dos indicadores educacionais das redes públicas municipais e estadual. A participação no programa foi oficializada por meio da adesão ao Pacto Social pelo Desenvolvimento/PB (2017), que prevê a constituição de parceria formalizada através de Termos de doação de objetos (ônibus, laboratórios de informática, entre outros) e da adesão das redes de ensino ao SOMA.

No Estado, 219 municípios aderiram ao Pacto de Desenvolvimento da Paraíba (98,2%). Dos municípios que participaram da pesquisa 90,5% informaram ter aderido ao pacto. O SOMA consiste em uma política recente do governo estadual paraibano, mas já revela a criação de uma iniciativa ampla de avaliação e monitoramento do desempenho dos estudantes do ensino fundamental.

Em relação à segunda dimensão, 70% das secretarias de educação informaram mudanças em sua organização após a instituição da Prova Brasil e do Ideb. As principais mudanças consistiram na elaboração de planejamento estratégico para a elevação dos resultados da Prova Brasil e do IDEB (84,8%), referindo-se, com destaque, ao PAR. Apenas 13,6% das secretarias indicaram a criação de um setor específico para tratar da avaliação externa, apesar de 81% terem registrado que realizam o monitoramento dos resultados do Ideb e visitas periódicas às escolas para a discussão dos resultados.

¹ A aplicação dos questionários contou com a colaboração da Undime/PB. Os questionários foram disponibilizados na Plataforma *on-line Google Forms*. Dos 223 municípios paraibanos, 95 responderam ao questionário, totalizando 42,6%.

Corroborando com esse dado, 80% das secretarias informaram que realizam o acompanhamento diferenciado das escolas com baixos resultados do Ideb. Os dados revelam que novas exigências foram postas às secretarias de educação com a implantação de um sistema nacional de avaliação no país materializado, sobretudo, na Prova Brasil, no Ideb e na criação de uma avaliação própria. O acompanhamento dos resultados vem se tornando, a cada aplicação dos exames ou a cada adesão a novo(s) pacto(s), com o governo estadual e/ou federal, uma necessidade crescente.

Um dado que merece destaque é o fato de 98,8% das secretarias de educação informarem que vêm preparando os alunos para a realização da Prova Brasil. A aplicação de simulados foi apontada por quase a totalidade das secretarias (98%). A mobilização dos docentes, diretores e alunos para a importância da Prova foi apresentada por cerca de 84% dos respondentes, demonstrando a compreensão da importância da persuasão dos envolvidos para um bom resultado. Além disso, 76% apontaram que vêm realizando o treinamento dos alunos para o preenchimento de gabarito de provas e priorizando o conteúdo de português e matemática. Tratam-se de estratégias já identificadas em pesquisas que analisam os desdobramentos das políticas de avaliação nas escolas públicas.

Sobre a terceira dimensão, 35,8% das secretarias registraram que utilizam um instrumento próprio de avaliação para o ensino fundamental e 28,4% informaram que não possuem. 35,8% apontaram que não contam com instrumento próprio, mas pretendem implantar. Esses dados aproximam-se dos observados em pesquisa realizada por Bauer, Pimenta, Horta Neto e Sousa (2015), com 4.309 municípios brasileiros, em que 1.573 (37%) declararam possuir políticas próprias e 905 (21%) afirmaram não possuir, mas ter a pretensão de instituí-las.

As secretarias de educação informaram, em sua maioria (85,3%), que não instituíram prêmio às escolas visando a elevação do IDEB. Com relação à criação de iniciativa(s) municipal(is) de avaliação e à instituição de mecanismo(s) de *accountability*, 10,5% indicaram ter criado premiação para as escolas e docentes de acordo com os resultados do Ideb, desses e 40% apontaram ter criado bonificação financeira para os professores.

Considerações finais

Os resultados preliminares do estudo são significativos, pois, evidenciam experiências paraibanas de preparação dos estudantes para a Prova Brasil, responsabilização simbólicas e materiais em decorrência dos resultados nos testes. Preocupa-nos a compreensão de qualidade da educação contida nesses processos de avaliação externa, o que nos faz lançar um olhar local e sobre a Paraíba como contexto geográfico, político e social que começa a anunciar sistemas próprios de avaliação e processos de planejamento estratégico em função da Prova Brasil e do IDEB.

Que tipo de (de)formação e quais conhecimentos estão sendo referenciados nessas iniciativas?

Qual concepção de qualidade instituem? Estas questões, entre outras, são fundamentais para a compreensão dos impactos das avaliações na educação brasileira e paraibana e vêm sendo objeto de análise do presente estudo.

Referências

BAUER, A.; PIMENTA, C. O.; HORTA NETO, J. L.; SOUSA, S. Z. Avaliação em larga escala em municípios brasileiros. *Est. Aval. Educ.* São Paulo, v. 26, n. 62, p. 326-352, maio/ago. 2015.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

SOUSA, S. Z. Avaliação externa e em larga escala no âmbito do Estado brasileiro. *In*: BAUER, A.; GATTI, A. B. Gatti (Org.). *25 anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil*. Florianópolis: Insular, v. 2. 2013. p. 61-85.